

http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1517-55451999000100004

<https://www.bbc.com/portuguese/geral-60403876>

CÂMARA DOS DEPUTADOS

Altera a Lei nº 13.756, de 12 de -
dezembro de 2018, para disciplinar a
exploração da loteria de aposta de
quota fixa pela União.

EMENDA MODIFICATIVA Nº À MEDIDA PROVISÓRIA Nº 1.182, DE 2023

Dê-se a seguinte redação aos arts. 33 e 33-B da Lei nº 13.756, de 12 de dezembro de 2018, respectivamente, modificado e incluído pela Medida Provisória nº 1.182, de 2023:

“Art. 33 O Banco Central do Brasil, nos termos do disposto no art. 9º da Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013, disciplinará os arranjos de pagamento de forma a impedir a ocorrência de pagamentos que tenham por finalidade a realização de apostas de quota fixa por operadores não autorizados.” (NR)

“Art. 33-B É vedada, no território nacional, a realização de qualquer modalidade de publicidade e propaganda comercial de sítios eletrônicos e de pessoas jurídicas ou naturais que ofereçam ou tenham por objeto a exploração da loteria de apostas de quota fixa com ou sem a outorga de que trata o art. 29, ressalvados os §§ 5º, 6º e 7º.

§ 1º As empresas divulgadoras de publicidade ou propaganda, após comunicação do Ministério da Fazenda, procederão à exclusão das divulgações e das campanhas irregulares, nos termos do disposto no *caput*.

§ 2º As empresas provedoras de conexão à internet e de aplicações de internet, após notificação administrativa do Ministério da Fazenda,



procederão ao devido bloqueio dos sítios eletrônicos ou à exclusão dos aplicativos que ofertem a loteria de apostas de quota **fixa com ou** sem a outorga de que trata o art. 29.

§ 3º As entidades de administração do esporte proibirão, nos regulamentos de suas competições, que organizações de prática desportiva e atletas veiculem nomes e marcas de empresas que ofertem ou explorem loteria de apostas de quota fixa **com ou** sem a outorga de que trata o art. 29, em todas as suas propriedades de *marketing* que possam ser objeto de acordo sobre veiculação de marcas.

§ 4º A vedação prevista no *caput* entrará em vigor em prazo a ser estabelecido pelo Ministério da Fazenda, **não superior a cento e oitenta dias.**

§ 5º O Ministério da Fazenda, na condição de outorgante, manterá em sítio eletrônico próprio informações atualizadas sobre cada outorga, inclusive com a utilização de logomarca e nome fantasia, a fim de servir de canal de busca para o apostador, em substituição às modalidades de publicidade e propaganda vedadas no *caput*.

§ 6º O Ministério da Fazenda dará ampla divulgação ao sítio eletrônico de que trata o § 5º.

§ 7º O agente operador da loteria de aposta de quota fixa promoverá ações informativas de conscientização dos apostadores e de prevenção do transtorno do jogo patológico, por meio da elaboração de códigos de conduta, da difusão de boas práticas **e de propaganda onerosa**, na forma estabelecida em regulamentação **conjunta** do Ministério da Fazenda, **do Ministério do Esporte e do Ministério da Saúde.**

§ 8º O Conselho Nacional de Autorregulamentação Publicitária - CONAR poderá expedir recomendações específicas adicionais à regulamentação **de que trata o § 6º.**" (NR)



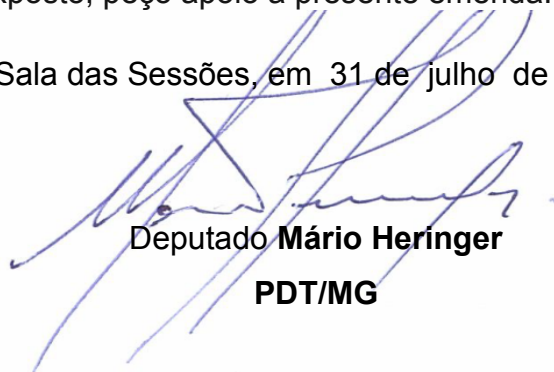
Tendo em vista a necessidade de controle da publicidade das loterias de aposta de quota fixa, pelas razões já expostas, proponho uma reorganização dos arts. 33 e 33-B, de modo a tornar menos conturbado o texto da MPV 1182/23. Sugiro que o *caput* do art. 33 passe a ser constituído pelo texto originalmente apresentado no § 4º do art. 33-B, vez que se trata de conteúdo sem correlação com o objeto do dispositivo, texto órfão; ao passo em que o art. 33-B e seus parágrafos venham a versar única e diretamente sobre a vedação a propaganda e publicidade das loterias de que trata a Medida Provisória e sobre questões correlatas.

Como alternativa à vedação aqui proposta, sugiro, na forma do § 5º do art. 33-B, que o Ministério da Fazenda, na condição de outorgante, mantenha uma página na internet para divulgar informações atualizadas sobre as loterias outorgadas, de modo a servir como um canal de consulta para as pessoas interessadas. Ali devem estar apresentados dados relativos à outorga, bem como as logomarcas e os nomes fantasias de cada uma das empresas exploradoras. Adicionalmente, proponho que o próprio Ministério da Fazenda dê ampla divulgação a esse site, a fim de que todo aquele que queira conhecer as loterias de quota fixa saiba exatamente onde pesquisar. Essas medidas garantem que as empresas possam ser conhecidas por interessados e apostadores, sem que para isso precisem veicular conteúdo propagandístico para grupos de risco e vulneráveis.

Quanto ao § 7º do art. 33-B, sugiro que a regulamentação relativa à prevenção do transtorno do jogo patológico não seja elaborada apenas pelo Ministério da Fazenda, mas conjuntamente entre ele, o Ministério da Saúde e o Ministério do Esporte, já que o objeto é complexo e afeito às três pastas.

Pelo exposto, peço apoio à presente emenda.

Sala das Sessões, em 31 de julho de 2023.


Deputado **Mário Heringer**
PDT/MG

